

Apresentação

Mudanças e transformações nos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais são constantes e trazem grandes conseqüências para as diferentes instituições sociais, entretanto em determinados momentos históricos elas são mais acentuadas, gerando modificações quantitativas e qualitativas em muitas dessas instituições e, especialmente, na educação superior.

Este dossiê sobre a temática da “Educação Superior: algumas tendências políticas européias e latino-americanas” que a Revista *Pro-Posições* publica tem o propósito de apresentar, para discussão, algumas questões recentes que a educação superior enfrenta em diferentes contextos. Os trabalhos aqui reunidos apresentam reflexões sobre as tendências e vinculações que estão redefinindo a universidade, no presente momento histórico, quanto a sua organização, função, amplitude, autonomia, papel, financiamento, condições de produção de conhecimento, ciência e tecnologia.

Não é possível compreender as tendências e mudanças que ocorrem na América Latina e, em particular, no Brasil, sem levar em conta as grandes transformações que se dão nos países desenvolvidos. As mudanças geo-político-econômicas da Europa, especialmente as que ocorrem após a adoção do euro como padrão monetário, em 2000, mas que foram gestadas ao longo das décadas anteriores, criaram as condições para o paulatino estabelecimento de um espaço comum de educação superior no âmbito da União Européia. Esse processo se estende agora para uma política de unificação da capacidade de construção de uma Europa mais unida e mais competitiva, edificada sobre a força intelectual, cultural, científica e tecnológica dos países que fazem parte dessa comunidade.

Em 25 de maio de 1998, a Declaração de Sorbonne afirmou o papel central que a universidade desempenha na dimensão cultural européia e enfatizou a necessidade de criação de uma Área Européia de Educação Superior, como o mais importante meio para promover a mobilidade e a empregabilidade de seus cidadãos e o desenvolvimento total do continente europeu.

Em 19 de junho de 1999, a Declaração de Bolonha, assinada por 29 Ministros de Educação europeus, reiterou ser a idéia da “Europa do Conhecimento” um fator amplamente reconhecido para o desenvolvimento social e humano e um componente indispensável para consolidar e enriquecer a cidadania européia.

Considerando que a cooperação educacional é o principal fator para intensificar uma construção europeia democrática, estável e pacífica, a Declaração de Bolonha traçou os objetivos comuns para o desenvolvimento coerente e coeso da Área Europeia de Educação Superior, a serem cumpridos até 2010.

Na primeira Conferência de acompanhamento do processo de unificação universitária, realizada em Praga em 2001, novos objetivos foram incorporados e foi reafirmado o compromisso de seu cumprimento até 2010. Dois anos mais tarde, em 2003, Ministros de 33 países participaram da reunião de Berlim, a fim de avaliar o progresso alcançado, definir prioridades e fixar metas para acelerar a concretização da Área Europeia de Educação Superior.

Neste dossiê, o artigo intitulado *El Proceso de Bologna, cuatro años después: Una evaluación del Area Europea de Educación Superior*, de Roberto Ruiz, Titular da Universidade Central de Venezuela e Coordenador da Cátedra UNESCO em Educação Superior Comparada, apresenta uma análise do desenvolvimento do Processo de Bolonha até 2003. Centra-se no exame dos documentos oficiais produzidos por representantes governamentais, responsáveis pela educação superior dos países signatários do Processo de Bolonha e no estudo institucional realizado pela Associação das Universidades Europeias. Analisa os programas *Erasmus*, *Sócrates* e *Leonardo* e apresenta a resposta das instituições superiores ao desenvolvimento do Processo de Bolonha. Por fim, apresenta algumas observações sobre as dificuldades para a execução prática da idéia da Área Europeia de Educação Superior.

No contexto latino-americano, a análise das orientações políticas para a educação superior tem demonstrado que há em processo uma articulação explícita, que se vem estruturando há décadas, para a sustentação de um modelo neoliberal traçado de acordo com as regras do mercado e empregando indicadores quase exclusivamente econômicos.

Desde os anos 1980, os países da América Latina vêm sofrendo forte pressão dos organismos financeiros internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE, NAFTA, etc.) para o reposicionamento do Estado em relação à educação superior. De forma mais ou menos acentuada, conforme cada caso em particular, está havendo uma tendência comum nas políticas do sistema educacional superior: diminuição dos recursos para as instituições públicas, restrições salariais, implementação de programas especiais de estímulo ao rendimento e produção individual de professor, estímulos para a busca de fontes privadas de financiamento ou para o autofinanciamento, mediante a oferta de cursos de extensão e de pós-graduação pagos, projetos de parcerias com empresas para pesquisas, comercialização dos serviços educativos, etc.

Nos anos 1990, as políticas de educação superior seguiram, mais fortemente, as leis de um modelo de totalitarismo econômico que supervaloriza o privado em

detrimento do público. Esta situação traz grande apreensão, de modo especial à comunidade acadêmico-científica, pois, no Brasil, como nos demais países da América Latina, a produção de conhecimentos é, fundamentalmente, feita nas universidades públicas. A relação investigação-formação desenvolvida nessas instituições representa, nesses países, o principal fator de produtividade e de desenvolvimento econômico e social. Além disso, são essas instituições as que concentram as maiores demandas por educação superior, as que oferecem cursos na maioria dos campos profissionais e as que ainda contam com infra-estrutura para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Vários artigos que compõem este dossiê analisam a forma como o mercado e os organismos de financiamento internacionais estão influenciando a educação superior da América Latina e como as chamadas reformas universitárias estão sendo estruturadas por essas orientações. Os autores não apenas chamam a atenção para as possíveis saídas para as universidades públicas se manterem como instituições de sentido público e benefício social, mas também apresentam os movimentos de luta contra a tendência de extrema mercantilização da produção científica e tecnológica dessas instituições.

O artigo de Pedro Krostch, professor da Universidade de La Plata e da Universidade de Buenos Aires, com Cláudio Suasnábar, professor da Universidade de La Plata e coordenador do Mestrado em Ciências Sociais da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO), analisa a educação superior no contexto da América Latina e, de forma especial, na Argentina. Apresenta a diferenciação entre os modelos de educação superior seguidos pela Argentina e pelos demais países da América Latina nas décadas passadas e traça a tendência uniforme de todos eles, hoje, em obediência à orientação das políticas públicas do Banco Mundial, caracterizando uma homogeneização dos padrões latino-americanos. Dialogando com diferentes autores, faz considerações sobre os estudos atuais da universidade e sobre o panorama da investigação no campo da educação superior. O artigo *La universidad desde su futuro*, de Axel Didrikson, Diretor e Investigador do Centro de Estudos sobre a universidade, da Universidade do México, traça, num amplo aspecto, as solicitações a que a educação superior dos países latino-americanos deve responder, num período caracterizado por ele como o de transição da sociedade industrial para a de conhecimentos e aprendizagens. Analisa as tendências da expansão da educação superior para uma demanda de universalização, as políticas econômicas de diversificação do financiamento da educação superior, a vinculação da pesquisa com a indústria, as estruturas organizacionais de sentido empreendedor, a revolução no ensino aberto e a distância introduzida pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

Este dossiê também abre espaço para uma discussão de aspectos das reformas da educação superior, em curso no Brasil, especialmente aquela contida na Medida

Provisória que implanta o Programa *Universidade para Todos – Prouni*. Vários autores vêm afirmando que, no Brasil, também é bastante clara a submissão das reformas da educação superior — as realizadas nos últimos anos e as propostas atualmente — ao sistema econômico. A reforma universitária do governo Lula também estaria ligada a um plano geral de reformas, a reforçar ainda mais o entendimento, que já havia no governo anterior, da educação superior como mercadoria. A ser assim, estaria inviabilizada a criação de um verdadeiro sistema universitário democrático. As reformas ora propostas, aqui analisadas por Deise Mancebo, professora titular do Instituto de Psicologia da UERJ e coordenadora do GT – Política da Educação Superior da ANPEd, seguem valores e concepções anacrônicas que não superam a propagação e manutenção das políticas impostas à América Latina e estão longe de atender às complexas e importantes necessidades de nossa época. No momento em que as universidades públicas brasileiras discutem os rumos e os encaminhamentos das diferentes proposições de alterações para o atual sistema universitário, a comunidade acadêmica é surpreendida com a edição da Medida Provisória que implanta o Programa *Universidade para Todos – Prouni*.

No texto *Universidade para Todos: a privatização em questão*, Deise Mancebo analisa as políticas sociais adotadas pelo atual governo, os principais delineamentos do programa e apresenta uma crítica à tendência privatizante existente na proposta, com a conseqüente diminuição do investimento estatal na educação pública superior. Chama a atenção para a preocupante redução do papel da universidade a apenas um de seus aspectos — o ensino, e ainda ensino apenas vinculado à formação profissional. Por fim, o artigo apresenta as relações entre essa reforma e as orientações dos organismos financeiros internacionais.

Nesse sentido, os diferentes artigos deste dossiê convergem suas análises para o ponto que é central na dinâmica das políticas atuais de educação superior latino-americanas.

As contribuições do artigo *Políticas públicas e reforma da educação superior no Brasil: impasses e perspectivas*, de Luiz Fernando Dourado, professor titular da Faculdade de Educação da UFG (Goiás); Afrânio M. Catani, professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da USP e João Ferreira de Oliveira, professor da Faculdade de Educação da UFG e diretor da ANPAE – Seção Goiás, estão voltadas para a compreensão abrangente das bases e lógicas das políticas e movimentos brasileiros de alteração da educação superior, bem como suas vinculações com o projeto neoliberal vigente na América Latina. As análises demonstram o caminho percorrido no período do governo Fernando Henrique Cardoso e sua continuidade no governo Lula.

O artigo *A construção da cultura mercantil da universidade brasileira: uma aproximação histórica*, de João dos Reis Silva Júnior, professor da Universidade Federal de São Carlos, analisa, no contexto histórico recente do Brasil, as produções

da cultura mercantil e neopragmática da instituição universitária. Seu texto procura mostrar a origem institucional da universidade localizada na produção do Estado Moderno. Para ele, o institucional, a organização e a cultura imbricam-se na construção da instituição universitária, orientados pelos objetivos historicamente produzidos para ela. A análise empreendida demonstra as mudanças no *éthos* das instituições universitárias, em direção ao processo de mercantilização a que se assiste atualmente.

Fechando as contribuições dos artigos deste dossiê, Maria de Lourdes Fávero, titular da Faculdade de Educação da UFRJ, apresenta uma análise do legado da UDF para se pensar a universidade hoje. O objetivo de seu artigo já está expresso em seu título *A UDF, sua vocação política e científica: um legado para se pensar a universidade hoje*. Analisa a história dessa instituição, seus atores, seu significado e papel renovador e reflete sobre a proposta no contexto em que esta se desenvolveu.

Ao apresentar este dossiê, acreditamos que o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Educação Superior – GEPES, da Faculdade de Educação da Unicamp tenha cumprido a contento a tarefa que lhe confiou a Revista *Pro-Posições*. Agradecemos a pronta resposta dada pelos autores ao nosso convite.

Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira e José Dias Sobrinho

* Professora da Faculdade de Educação da Unicamp, Coordenadora do GEPES.
eaguiar@unicamp.br

** Professor titular da Faculdade de Educação da Unicamp. jdias@unicamp.br.